

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 692.023 - PE (2015/0084669-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **JOSE AECIO FERNANDES VIEIRA**
ADVOGADOS : **MIECIO OSCAR UCHÔA CAVALCANTI FILHO - PE000122B**
GISELA VIEIRA DE MELO MONTEIRO - PE016113
MARCELLE SA CARNEIRO DE MENDONÇA E OUTRO(S) -
PE029972
AGRAVADO : **COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS**
INTERES. : **FRANCISCO EUSTÁCIO FERNANDES VIEIRA**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ AÉCIO FERNANDES VIEIRA contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 167):

Tributário e Processual Civil. Embargos à execução fiscal. Taxa de fiscalização de valores mobiliários. Empresa beneficiária de incentivos fiscais. FINOR. Sujeito passivo. Existência do poder de polícia. Taxas de fiscalização cobradas quando já estava em vigor a Lei nº 7.940/89. Inexistência de confronto ao princípio da irretroatividade tributária. Legalidade da CDA. Restabelecimento da ação executiva. Precedentes. Apelação e remessa oficial providas.

Aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 182/187).

No especial obstaculizado, a recorrente apontou violação do Decreto-lei 2.298/1986 e do art. 3º da Lei 7.940/1989 (e-STJ fls. 194/207).

Contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 247/258.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o exame acerca da irretroatividade da cobrança de taxa de fiscalização demanda reapreciação de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ (e-STJ fl. 272).

Na presente irresignação, o agravante sustenta, em síntese, a inaplicabilidade da Súmula 7 do STJ ao caso (e-STJ fls. 276/284).

Contraminuta apresentada às fls. e-STJ 298/309.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"

(Enunciado Administrativo 2).

Feita essa consideração, observa-se que o recurso especial inadmitido decorre de embargos à execução julgado procedente para cancelar certidões de dívida ativa objeto da Execução Fiscal 0000511-13.2012.4.05.8306, tendo em vista suposta irretroatividade da exação tributária.

Irresignada, a ora agravada apelou ao Tribunal *a quo*, alegando que a empresa executada é uma sociedade beneficiária de recursos oriundos de incentivos fiscais do FINOR, estando obrigada a manter registro com a CVM, e que as taxas de fiscalização do mercado de valores mobiliários referem-se aos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, período em que havia previsão legal do art. 3º da Lei 7.940/1989.

O Tribunal de origem deu provimento à remessa oficial e à apelação interposta, nos seguintes termos: (e-STJ fls. 161/167):

[...] verifica-se que a empresa executada é uma sociedade beneficiária de recursos oriundos de incentivos fiscais do FINOR, estando obrigada a manter registro com a CVM.

Ademais, a retroatividade da lei tributária alegada pela executada não merece prosperar, pois as taxas de fiscalização do mercado de valores mobiliários referem-se aos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 quando já havia previsão legal do art. 3º da Lei nº 7.940/89. Dessa forma, apresentam-se válidas as respectivas CDA's, haja vista a presença dos requisitos de exigibilidade.

Logo, com a existência do serviço de natureza administrativa prestado pelo Estado no exercício de poder de polícia, tem-se a " legalidade da cobrança da taxa de fiscalização de valores mobiliários é constitucional, neste sentido, transcrevo o seguinte precedente referente ao tema:

" TRIBUTÁRIO. CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. \ TAXA DE FISCALIZAÇÃO. LEI 7940/89.

I - Cuida-se de ação ordinária ajuizada contra a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, objetivando a suspensão das execuções fiscais de cobrança da Taxa de fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários, com o reconhecimento da inexigibilidade dos créditos consubstanciados nas CDAs, que deram origem à cobranças em questão.

II - Dispõe o art. 3º da Lei nº 7.940/89 que: "São contribuintes da 'Taxa as pessoas naturais e jurídicas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários; as companhias abertas, os fundos e as sociedades de investimentos, os administradores de carteira e depósitos de valores mobiliários, os auditores independentes, os consultores e analistas de valores mobiliários e as sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais obrigadas a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (art. 9º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e art. 2º do Decreto-Lei nº 2.298, de 21 de novembro de 1986).

III - No caso dos autos, resta claro que a empresa apelante é sociedade anônima, que obteve incentivo fiscal junto ao FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste. Considerando que a FINOR subscrevia ações, contemplando empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima, sem que haja prova nos autos, de que a ora apelante tenha resgatado os referidos títulos, conclui-se que permanece sujeita ao regime de fiscalização da CVM.

IV - Também não merece prosperar a alegação de que a Lei 7940/89 estaria sendo aplicada de forma retroativa, pois, examinado as CDAs anexadas às fls 79/80, verifica-se que os fatos geradores ali constantes, são relativos a

fatos geradores posteriores a 1989.

V - Apelação improvida.

(PROCESSO: 00078198920104058300, AC570049/PE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO (CONVOCADO), Quarta Turma, JULGAMENTO:15/07/2014, PUBLICAÇÃO: DJE 24/07/2014 - Página 256)."

Todavia, não há como condenar o particular em honorários advocatícios, pois a CDA já inclui tal ônus no valor final do título executivo.

Por essas razões, dou provimento à apelação e à remessa oficial, para restabelecer o prosseguimento da execução fiscal.

Pois bem.

O recorrente não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, de que a cobrança de taxa de fiscalização pela CVM decorreria do potencial exercício de seu poder de polícia, ao qual também estão submetidas as empresas que possuem ações no Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste), como na situação examinada nos autos.

Assim, o recurso especial esbarra no obstáculo da Súmula 283 do STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: AgRg no REsp 1.326.913/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; EDcl no AREsp 36.318/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

A par disso, sobre a suposta divergência jurisprudencial, não obstante a menção ao REsp 1.014.448/RS, ao REsp 939.062/SC, como acórdãos paradigmas, o recorrente não demonstra as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, tampouco efetua o cotejo analítico, o que, por si só, é suficiente para inadmissão do recurso fundado na alínea "c" do permissivo constitucional, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, a saber:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. É imprescindível a indicação do dispositivo legal tido por violado e ao qual foi atribuída interpretação divergente.

2. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados, nos termos dos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC. Precedentes. Incidência da Súmula 284 do STF.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.796.223/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. *PECÚLIO POST MORTEM*. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NAS LEIS ESTADUAIS Nº 285/79 E 5.109/07. SÚMULA Nº 280/STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL

FEDERAL. ART. 102, III, "D", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PARADIGMA E DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...]

4. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional está sujeita aos requisitos previstos no art. 541 do CPC/1973 (art. 1029, § 1º, do CPC/2015), e no art. 255, § 1º, do RISTJ. Assim, considera-se inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: (a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; (b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; (c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; (d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais. [...]

(AgInt no REsp 1.763.014/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018).

Ante o exposto, com base no art. 253, Parágrafo Único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO DO AGRAVO para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator